

## **ENCARCERAMENTO DE MULHERES E MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: reflexões iniciais para pensar políticas públicas a partir de levantamento bibliográfico**

Carla Rafaela Lemos Sales<sup>1</sup>

Ana Clara Silva de Souza<sup>2</sup>

Cristian Hérciles Nunes de Oliveira<sup>3</sup>

Juliana Maria Moraes dos Santos<sup>4</sup>

Luana Grazielle Modesto da Silva<sup>5</sup>

**Resumo:** Este texto apresenta resultados iniciais da primeira fase de pesquisa internacional sobre encarceramento feminino de mulheres brasileiras, comparativamente, no Brasil e em Portugal. A partir de um levantamento bibliográfico inicial, realizou-se busca de produções acadêmicas revisadas por pares em plataformas de busca científicas, tendo como base descritores diretamente relacionados à pergunta orientadora da pesquisa. Teoricamente, a investigação parte de leitura crítica acerca do termo mulheres privadas de liberdade utilizado no campo normativo-jurídico, apresentando contraponto teórico pautado na compreensão do encarceramento de mulheres. Dentre as principais reflexões, destaca-se a existência de diversos estudos que discorrem e apontam para a necessidade de aprofundamento analítico, no prosseguimento da investigação, sobre como a maternidade, o trabalho e a renda atravessam as vivências de mulheres encarceradas, sobretudo para pensar em proposições de políticas públicas.

**Palavras-chave:** encarceramento feminino; mulheres em privação de liberdade; Brasil; Portugal; políticas públicas.

**Abstract:** This text presents the initial results of the first phase of international research into the incarceration of Brazilian women, comparatively, in Brazil and Portugal. Starting with an initial bibliographic survey, a search was made for peer-reviewed academic productions on scientific search platforms, based on descriptors directly related to the guiding question of the research. Theoretically, the research is based on a critical reading of the term women deprived of their liberty used in the normative-legal field, presenting a theoretical counterpoint based on an understanding of the incarceration of women. Some of the main reflections include the existence of various studies that discuss and point to the need for further analytical research into how motherhood, work and income affect the experiences of incarcerated women, above all in order to think about public policy proposals.

**Keyword:** female incarceration; women deprived of their liberty; Brazil; Portugal; public policies.

---

<sup>1</sup> Doutora, Universidade Federal do Pará, carlasales@ufpa.br

<sup>2</sup> Graduanda, Universidade Federal do Pará, anasouza.x23@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando, Universidade Federal do Pará, cristian.hnoliveira@gmail.com

<sup>4</sup> Graduanda, Universidade Federal do Pará, moraessjuliana@outlook.com

<sup>5</sup> Graduanda, Universidade Federal do Pará, gra91475@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da primeira fase da pesquisa, em andamento, intitulada “Os marcadores sociais do encarceramento feminino de mulheres brasileiras, comparativamente, Brasil e Portugal no período de 2022-2023: Estudo de Caso do Estabelecimento Prisional de Tires (Lisboa Portugal) e o Centro de Recuperação Feminino - CRF (Pará Brasil)”.

Acerca da fase de investigação em tela, trata-se de um percurso ainda não concluído, pois corresponde a uma fase de testes para amadurecer o percurso da pesquisa e sua confiabilidade. Nesse sentido, vale destacar, que as testagens realizadas já trazem indicações e reflexões, a partir de uma aproximação à temática proposta, fundamentada em um levantamento bibliográfico inicial, o qual foi desenvolvido em plataformas de busca científicas, a exemplo da Biblioteca do conhecimento online (*B-on*), Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas em Nível Superior (CAPES), Periódicos CAPES, *SciELO*, etc.

Para o levantamento e escolha dos descritores, tomou-se como base a pergunta norteadora da pesquisa, qual seja: “Quais os marcadores sociais que são referência para a elaboração de políticas públicas para mulheres em privação de liberdade pelos Estados português e brasileiro?”. Nesse momento da pesquisa, a fim de contribuir para o alcance de respostas à tal pergunta, intenta-se identificar, conceituar e verificar teoricamente a relação entre os marcadores sociais na leitura do material selecionado.

Importa registrar que, o termo “mulheres em privação de liberdade” presente na questão acima diz respeito às normativas que jurisdicionam as políticas públicas voltadas a este público, como a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE, 2014). Portanto, entende-se a necessidade de apreender o que no âmbito de áreas do conhecimento das ciências sociais, inclusive as aplicadas, assim como ciências jurídicas e da saúde, entre outras, se aborda com base no que está disposto legalmente, considerando, sobretudo, que um dos objetivos da pesquisa citada é oferecer subsídios para o poder público (re)construir políticas públicas à mulheres em privação de liberdade.

Outrossim, importa registrar que a investigação em tela assume um posicionamento crítico sobre o termo, ao adotar a apreensão de encarceramento de mulheres e seu

imbricamento com condições objetivas e subjetivas presentes nas atuais relações sociais (culturais, econômicas, religiosas, de gênero e sexo, de etnia e raça, de idade, de condição física ou mental, etc.). Apreende-se, portanto, a existência de marcadores sociais estruturantes da sociedade capitalista que atravessam as histórias de vida dessas mulheres, que performam suas subjetividades, em particular, seus perfis identitários.

Apresentar a compreensão dos dois termos “mulheres em privação de liberdade” e “encarceramento feminino” se faz importante, pois ambos se tornaram descritores principais para a realização do levantamento bibliográfico, associados à “políticas públicas” e “marcadores sociais”.

Dito isto, a estrutura de apresentação do exercício realizado seguirá, inicialmente, com mais detalhes sobre a pesquisa para contextualizar a escolha e realização dos procedimentos metodológicos. Em um segundo momento, apresentar-se-á o levantamento realizado tendo como descritor norteador “encarceramento feminino”, seguido, no terceiro momento, do levantamento conduzido pelo descritor “mulheres em privação de liberdade”. Por fim, apresentam-se as considerações acerca da testagem realizada neste momento inicial, apontando para convergências e divergências existentes em ambos os exercícios. Cabe aqui destacar a principal aproximação dada pela existência de diversos estudos que discorrem e apontam para a necessidade de aprofundamento analítico, no prosseguimento da investigação, sobre como a maternidade, o trabalho e a renda atravessam as vivências de mulheres encarceradas, sobretudo para pensar em proposições de políticas públicas.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para a realização do levantamento bibliográfico inicial, como mencionado, o grupo de pesquisa foi dividido em dois subgrupos, os quais utilizaram os seguintes descritores para realizar a busca: subgrupo 1 (marcadores sociais; políticas públicas e encarceramento feminino/de mulheres) e o subgrupo 2 (marcadores sociais; políticas públicas e mulheres privadas de liberdade/em privação de liberdade). A referida escolha foi pensada de forma proposital pelos dois subgrupos da pesquisa, com o objetivo de comparar a quantidade e o conteúdo dos textos que seriam encontrados durante a busca, considerando que o último descritor possui inúmeros sinônimos e, em alguns desses sinônimos, localiza-se um olhar crítico para a situação das mulheres encarceradas. Tal criticidade será descrita ao longo do presente texto.

Antes, porém, de apresentar os resultados de cada subgrupo, importa traçar a trajetória metodológica que levou a equipe de pesquisadoras/es a fazer as escolhas acima pontuadas. Inicialmente, cabe destacar que, com base nas discussões e leituras sugeridas pelo grupo de pesquisa, observou-se que, para uma busca mais precisa e objetiva, era necessária uma definição de marcadores sociais para além da interseccionalidade entre as categorias de gênero, raça e classe, estabelecidos como parâmetro para a elaboração da tese de pós-doutorado de Pontes (2024), da qual a pesquisa em andamento se mostra como continuidade. Em um primeiro momento, houve a definição de três descritores, sendo estes: marcadores sociais, políticas públicas e mulheres encarceradas/em privação de liberdade.

Todavia, tendo como ponto de partida a leitura e análise dos materiais resultantes da pesquisa de Pontes (2024), identificaram-se outros marcadores que atravessam o encarceramento de mulheres, quais sejam: raça, classe, gênero, feminismo, juventude/idade, gerações, religiões, educação, morte, afetos, violência, família, maternidade, trabalho e renda, políticas públicas, tráfico de drogas, saúde, orfandades, subjetividade e histórias de vida. Ao identificá-los, questionou-se se esses marcadores se traduzem na elaboração de políticas públicas para mulheres em privação de liberdade nos Estados português e brasileiro, considerando os lócus de realização da pesquisa.

Na fase 1 da pesquisa, tem-se como intuito realizar o método de Revisão Sistemática Literária - RSL, a partir dos Principais Itens Para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (Protocolo PRISMA), que segundo Marcondes e Da Silva (2023, p. 1) “possibilita um roteiro preciso para a revisão sistemática em ciência, abordando especificidades, avanços e limitações no contexto do ensino e ciência com uma estrutura que complementa os aspectos qualitativos e quantitativos”. Ainda de acordo com os autores, o PRISMA permite organizar melhor o arcabouço teórico obtido pela equipe e comprovar a qualidade desse material.

Por este protocolo exigir uma rigorosidade científica e para atender a este quesito, o levantamento bibliográfico aqui apresentado diz respeito a uma fase de testes. Assim, na realização deste momento inicial foram utilizadas as plataformas digitais *Biblioteca do conhecimento online (B-ON)*, *Periódicos Capes*, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *Sucupira*, *Scopus* e *Google acadêmico* no ano de 2024, obtendo materiais como artigos científicos revisados por pares, teses e dissertações.

Vale evidenciar que as plataformas *Scopus* e *Google Acadêmico* tiveram sua utilidade comprometida pelas seguintes razões, respectivamente: restrições em relação aos acessos dos materiais e a ausência de filtros específicos, que tornavam a busca extremamente abrangente.

Continuando, e repetindo informação já mencionada anteriormente, os descritores “encarceramento feminino” e “mulheres em privação de liberdade” foram norteadores pelo direcionamento da pesquisa. Após o primeiro exercício, construiu-se duas planilhas para a checagem das produções catalogadas, sendo estas organizadas da seguinte forma: a) a primeira planilha se configurou como testagem para se ter a dimensão de quantos materiais foram encontrados; b) após um primeiro resultado, houve uma reunião da equipe de pesquisadoras/es para identificar quais textos possuíam afinidade com o objetivo da pesquisa; c) através de um esquema de cores, os materiais aprovados foram identificados em verde, os que necessitavam de maior avaliação e observações em amarelo, em laranja os textos repetidos nos dois levantamentos e, por fim, em vermelho, os trabalhos que não possuíam afinidade com a pesquisa; d) na sequência, foi elaborada uma planilha final utilizando o resultado dos levantamentos, contemplando os marcadores “mulheres em privação de liberdade” e “encarceramento feminino”.

Desse modo, o estudo foi dividido em dois processos que intercalou entre encarceramento feminino e mulheres em privação de liberdade, onde analisou-se que os resultados ora se diferenciavam, ora se aproximavam de acordo com o marcador utilizado. Tal discussão será desenvolvida a seguir detalhando o passo a passo do estudo, assim como o resultado obtido nos respectivos marcadores, tal como a divergência e convergência entre eles.

### **3. CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO ENCARCERAMENTO FEMININO COMO DESCRITOR CONDUTOR**

A princípio, vale apontar que o descritor “encarceramento feminino” foi selecionado após um processo de leitura e discussão com a equipe, o qual teve o intuito de levantar reflexões em torno da temática de mulheres em situação de “cárcere” sob uma perspectiva crítica, para analisar e pensar políticas públicas que emancipem essas mulheres, garantindo seus direitos e dignidade, na medida que pensar na figura feminina dentro de uma sociedade permeada pelo patriarcado, é ter noção dos desafios que as mesmas encontram

nos mais variados espaços, sendo um deles as instituições prisionais, em razão de tratar-se de ambientes pensados e criado para homens.

Dessa forma, foram selecionados pelo subgrupo I, composto por dois pesquisadores, durante o processo de busca por periódicos que tratam a respeito da temática em questão, textos integrais, analisados por pares, com idioma em português e com data de publicação entre os anos de 2019 a 2023 em todas as plataformas digitais de periódicos de forma obrigatória, sendo estas: Periódicos CAPES, Biblioteca Online do Conhecimento (*B-ON*) e *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*.

Diante disso, a procura por material na plataforma “CAPES Periódicos” teve como parâmetro, os descritores “marcadores sociais”, “políticas públicas” e “encarceramento feminino”. Entretanto, foi necessário desenvolver a pesquisa entre etapas para obter o melhor resultado, pois no primeiro momento não houve resposta com o uso dos referidos descritores simultaneamente. Importa registrar que o mesmo ocorreu com as outras plataformas de busca.

Assim, ainda em relação aos periódicos da CAPES, como uma forma precisa de busca e de filtro, foi usado o título “encarceramento feminino”, e a partir deste descritor, houve uma resposta positiva, com um total de 104 produções, das quais foram 103 artigos e 1 editorial. Desse total, identificou-se 52 artigos revisados e 52 não são revisados, e com acesso aberto ao material se obteve 96 e não abertos 8, além de 81 produções nacionais e 23 não nacionais.

Após tal resultado, houve a seleção deste material através de uma leitura detalhada dos mesmos para verificar se o presente trabalho encaixava-se naqueles que acabaram se tornado sub-descritores (marcadores sociais e políticas públicas). Com base nessa triagem foram selecionados 40 materiais para o arcabouço bibliográfico, pois apresentavam afinidade às temáticas de interesse da pesquisa. Além disso, estes artigos passaram por outro processo de filtragem, com a leitura de resumo/sumário, onde ficaram apenas 27 produções.

Ademais, a pesquisa realizada na plataforma digital Biblioteca Online do Conhecimento, *B-ON*, teve os descritores sociais “encarceramento de mulheres” e “encarceramento feminino”, como norteadores da referida seleção. Assim, foram encontrados, ao todo, 579 artigos relacionados à temática. Porém, devido ao prazo estabelecido pela equipe para a discussão a respeito dos materiais encontrados, foram selecionados 37 títulos do total anteriormente mencionado que possuíam maior afinidade

com o interesse da pesquisa. Nesse sentido, houve análise em grupo de cada um dos textos selecionados, o que eliminou 11 produções, as quais se afastavam da temática, restando um quantitativo de 26 artigos.

Outrossim, a plataforma *SciELO* foi a que demonstrou resultados mais reduzidos, sendo levantado um total de 14 artigos. Porém, após a análise das referidas produções, houve a necessidade de remoção de 8 títulos do total anteriormente citado, uma vez que destes, 7 estavam presentes nas buscas realizada na *B-ON*, e 1 não estava alinhado com a temática da pesquisa, restando assim, um resultado final de 5 artigos.

A análise inicial do levantamento realizado, permite visualizar que em todas as plataformas, as temáticas voltadas à maternidade, à família, à saúde, ao tráfico de drogas, à raça, ao gênero e à classe apareciam constantemente. Entretanto, um dos temas mais frequentes gira em torno da maternidade, família e a inserção dessas mulheres no tráfico devido às mesmas recorrerem a essas atividades como uma forma de sobreviverem dentro da sociedade capitalista, atrelada a necessidades de trabalho e renda.

Essa informação relembra as considerações de Cortina (2015, p. 773), quando entender que

O incremento numérico do aprisionamento feminino alia ao crime de tráfico de drogas outros indicativos do perfil dessa população, tais como: baixa escolaridade, ser mãe, jovem (menos de 35 anos), desempregada, relatar histórico de abuso de drogas e não possuir companheiro.(...) as dificuldades em sustentar os/as filhos/as sozinha, sem a participação dos pais ou de outras pessoas adultas, e a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho formal, até por conta de seus poucos anos de escolaridade e a falta de formação técnica/profissional, são motivos apontados pelas próprias mulheres para o ingresso no tráfico de drogas, aliados à falta de opções para conciliar o cuidado dos/as filhos/as e a geração de renda.

A partir de Cortina (2015), os resultados da testagem do subgrupo I traz uma reflexão que escancara esse “padrão” de mulheres encarceradas e o(s) motivo(s) de sua prisão e que precisa ser considerado na elaboração e materialização de políticas públicas. Outro ponto a ser salientado é que na maioria dos casos essas mulheres acabam reincidindo para essas instituições pelo estigma social, não acesso ao mercado dentre outras questões advindas como consequência do cárcere. Tais considerações são, porém, iniciais e merecem atenção, sobretudo para efeitos de comparação aos resultados que serão apresentados a seguir, tendo em vista demarcar apontamentos para amadurecer o processo de investigação.

#### 4. CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE COMO DESCRITOR NORTEADOR

Levando em consideração a configuração atual de gênero na construção de políticas públicas no sistema prisional e com base nos propósitos pré-determinados pelo grupo de pesquisa – como definições mais diretas e precisas dos marcadores sociais – estabeleceu-se o uso dos termos mulheres privadas de liberdade/em privação de liberdade como um dos descritores.

A importância dessa reflexão considera que “o atendimento dispensado à mulher presa não contempla suas particularidades, ao contrário, é praticamente o mesmo dispensado aos homens”, como aponta França (2014, p. 221). Tal afirmação elucida a indispensabilidade de reflexões acerca da necessidade de se ter um enfoque específico de recorte de gênero para melhor análise do contexto apresentado em literaturas que partem termos jurídicos referentes à política pública voltada a esse público.

É válido ressaltar que, após ponderações e diálogos entre a equipe de pesquisadoras/es, optou-se pela identificação dos termos “mulheres privadas de liberdade” e “mulheres em privação de liberdade” como sinônimos, considerando que a aproximação dos conceitos dos termos citados é pariforme.

Desta forma, durante o processo de análise a respeito da temática em questão, foi realizada pelo subgrupo II, composto por três pesquisadoras, uma testagem dos descritores acima mencionados. Utilizaram-se as bases de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, Biblioteca Online do Conhecimento (*B-ON*), Banco de Teses e dissertações da CAPES e o Periódicos CAPES. Importa mencionar que, tal qual ocorrido na busca do sub-grupo I, realizou-se a tentativa de busca nas plataformas *Scopus* e *Google Acadêmico*, porém não foi possível prosseguir, visto que as duas tiveram a sua utilidade comprometida.

Desse modo, em uma primeira busca na plataforma *SciELO*, as pesquisadoras não encontraram nenhum trabalho utilizando de forma conjunta os descritores “marcadores sociais”, “políticas públicas” e “mulheres privadas de liberdade/em privação de liberdade”, o que demonstra, a priori, que os três termos não estão sendo pesquisados de forma interligada.

Após a primeira tentativa infrutífera, utilizou-se os descritores de forma alternada, a fim de obter resultados, o que foi alcançado. Como primeiro resultado da pesquisa na plataforma *SciELO*, utilizando apenas o descritor “mulheres privadas de liberdade/em

privação de liberdade”, com o filtro de tempo de 2019 a 2023, foram encontrados ao final 16 artigos, os quais foram selecionados a partir da leitura do título e da análise de resumo destes. Dos 16 artigos encontrados pelos três pesquisadores, permaneceram apenas 9 para uma futura análise e aprofundamento do conteúdo, pois os 7 restantes estavam repetidos.

Na plataforma digital de busca Biblioteca Online do Conhecimento (B-ON), o subgrupo II encontrou um grande número de trabalhos utilizando os descritores “marcadores sociais AND políticas públicas AND mulheres privadas de liberdade/em privação de liberdade” (o termo AND é disponibilizado pela plataforma e equivale ao termo EM na Língua Portuguesa). Como resultado da primeira busca, foram encontrados 3.128 resultados, aplicando filtros + expansores. Após o uso do filtro de tempo (2019 a 2023), restaram 82 resultados. Aplicando outros filtros (texto integral, filtros de idioma e país de origem), além de respectiva análise de título e resumo, não foram encontrados resultados satisfatórios.

Na testagem realizada na plataforma Periódicos CAPES, em primeira busca, não foi localizado nenhum resultado utilizando os descritores “marcadores sociais AND políticas públicas AND mulheres privadas de liberdade”. Em uma segunda busca, utilizando os descritores “marcadores sociais AND mulheres privadas de liberdade” e “mulheres em privação de liberdade”, obtiveram-se 87 resultados. Após o uso dos filtros e expansores, como filtro de tempo, áreas do conhecimento, idioma e país de publicação, e análise de título e resumo, foram identificados 14 resultados considerados compatíveis com o objeto da pesquisa.

No Banco de teses e dissertações da CAPES, não se encontraram resultados utilizando os descritores “marcadores sociais AND políticas públicas AND mulheres em privação de liberdade”. Nesse caso, optou-se pela realização da busca isolando descritores marcadores sociais e mulheres em privação de liberdade, considerando que o debate sobre políticas públicas se faz amplo e possui densidade teórica que não tornaria exequível a realização da pesquisa no prazo estipulado. Entretanto, o seu atravessamento nos resultados das buscas se tornou requisito para a seleção de materiais.

Ao se utilizar somente “marcadores sociais”, encontraram-se 598 resultados, dos quais, após um processo de filtragem no que tange à tipo de documento (escolheu-se tese de doutorado), período de 2019 a 2023, seleção de áreas do conhecimento afins à pesquisa, análise de título e resumo alinhados à questão norteadora da pesquisa, obteve-se somente 1 resultado. Ao se isolar o termo “mulheres em privação de liberdade”, obteve-se

66 resultados. Utilizando os mesmos filtros acima mencionados, identificou-se 5 trabalhos com afinidade a essa investigação.

O levantamento inicial realizado e acima apresentado aponta para uma dificuldade de localizar estudos que possuam convergência em seus respectivos conteúdos a associação de marcadores sociais, políticas públicas e mulheres em privação de liberdade. A princípio, esse resultado pode ser lido como um indício que os marcadores sociais não são considerados para pensar a construção e materialização de políticas públicas voltadas à particularidade de mulheres privadas de liberdade, tal qual define a legislação brasileira. Por ser um indício, requer atenção e aprofundamento necessários.

Por outro lado, os resultados localizados indicam que a maternidade, o trabalho e a renda merecem destaque nesse estudo, na medida em que os textos selecionados dão ênfase a esses marcadores sociais. Nesse sentido, tem-se uma importante convergência com os resultados presentes no levantamento do subgrupo I.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS A PARTIR DE DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS ENTRE OS DESCRITORES NORTEADORES.**

O levantamento bibliográfico aqui apresentado revela à equipe da pesquisa ainda em andamento algumas questões para reflexão. A primeira é de ordem metodológica e diz respeito à importância da fase de testagem para aproximar mais as/os pesquisadoras/es da temática, aperfeiçoar o domínio de ferramentas de busca e a leitura analítica dos seus resultados alinhados às problematizações que norteiam a pesquisa. A divisão em subgrupos para testes e o espaço para a troca e debate sobre seus resultados, convergências e divergências conferem mais segurança no percurso da investigação e, conseqüentemente, maior credibilidade e confiabilidade nos resultados a serem alcançados para de fato cumprir a Revisão Sistemática de Literatura. Nesse sentido, importa ressaltar novamente que se trata de um exercício inicial e que a análise minuciosa dos materiais ainda será realizada, assim como o protocolo PRISMA.

A segunda possui relação com as primeiras análises realizadas que apontam, como sinalizado, convergências e divergências entre testes com subgrupos com descritores diferenciados, mas que dialogam diretamente entre si. Isso indica a necessidade de manter a divisão sem, contudo, perder de vista suas aproximações para pensar políticas públicas.

A título de ilustração das diferenças, registra-se que as respostas encontradas com a utilização do descritor “encarceramento feminino” foram maiores em relação às buscas efetuadas pelo descritor “mulheres privadas de liberdade”. Sendo assim, percebe-se que tais marcadores podem ser analisados de forma diferente, gerando uma divergência, pois quando se discute a privação de mulheres a temática em questão parece mais neutra e eufemista; o que pode estar relacionado diretamente ao fato de que este é o termo assumido pelas normativas jurídicas sobre o tema. Por sua vez, ao abordar o descritor “encarceramento feminino”, analisa-se que tal temática obtém um teor mais crítico em relação à sociedade em geral, pautada em um modelo onde a necropolítica, tal como definida por Mbembe (2021), é evidente.

Sobre a informação acima, uma nota merece destaque, pois, a despeito dessas divergências, dentro dos poucos trabalhos localizados com o descritor relacionado ao tratamento presente jurídico-normativo nas políticas públicas, é possível encontrar conteúdo crítico sobre questões estruturantes das relações sociais, com densidade teórica e rigorosidade no trato crítico dessa realidade e oferecendo contribuições tanto quanto os materiais advindos do levantamento sobre mulheres encarceradas. Essa indicação se faz importante, pois, ao se pensar políticas públicas, faz-se necessário construir estratégias de diálogo considerando as narrativas institucionais assumidas.

Em relação às aproximações presentes nas testagens dos dois subgrupos, identificam-se pautas que giram em torno da escassez de materiais que se voltam para marcadores sociais e políticas públicas. Isto é, em ambos os levantamentos, encontraram-se dificuldades de resultados que contemplassem imediatamente buscas com os três termos de forma interligada. Essa indicação merece atenção na medida em que pode se pensar e começar a mensurar dificuldades e desafios institucionais de apreender nos âmbitos teórico e prático uma política pública para mulheres encarceradas que considere os marcadores sociais que as atravessam.

Nesse sentido, e para finalizar e ilustrar, observam-se ricos debates que repetem a associação do encarceramento com maternidade, trabalho e renda, denotando uma necessidade de aprofundamento analítico, no prosseguimento da investigação, sobre os seus significados e correlações a fim de analisar e propor políticas públicas.

## 6. REFERÊNCIAS

B-ON. **Biblioteca do conhecimento online.** <https://www.b-on.pt/>. Acesso em junho de 2024.

CAPES. **Portal de periódicos da CAPES.** Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>. Acesso em junho de 2024.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 761-778, 2015.

FRANÇA, M. H. de O. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/22547>. Acesso em: 9 set. 2024.

GOOGLE. **Google Acadêmico.** Disponível em <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>: Acess em junho de 2024.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 edições, 2021.

MARCONDES, R.; DA SILVA, S. L. R. O protocolo Prisma 2020 como uma possibilidade de roteiro para revisão sistemática em ensino de ciências. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 18, n. 39, p. 1-19, 2023. DOI: 10.21713/rbpg.v18i39.1894. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1894>. Acesso em: 1 set. 2024.

PNAMPE. **Portaria Interministerial nº 210 de 16/01/2014 / SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.** Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/226123-politica-nacional-de-atencao-as-mulheres-em-situacao-de-privacao-de-liberdade-e-egressas-do-sistema-prisonal>. Acesso em: 01 set. 2024.

PONTES, Andréa Mello.; SANTOS, Cruz Clara.; NUNES, Cristina Vanessa Coimbra. ENCARCERAMENTO FEMININO E INTERSECCIONALIDADE GÊNERO, RAÇA E CLASSE (BRASIL/PORTUGAL): uma revisão sistemática de literatura. **Revista de Políticas Públicas**, v. 28, n.1, p. 360-378. DOI: 10.18764/2178-2865.v28n1.2024.20. Disponível em <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/issue/view/944>. Acesso em: 1 set. 2024.

SCIELO. **SciELO Brasil.** Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso em junho de 2024.

SCOPUS. **Scopus preview.** Disponível em: <https://www.scopus.com/home.uri>. Acesso em junho de 2024.